



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 24, DE 2019

(nº 116/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 116

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de abril de 2019.

EM nº 00076/2019 MRE

Brasília, 29 de Março de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, ministro de primeira classe do quadro especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 64 /2019/CC/PR

Brasília, 10 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES

CPF.: 067.656.531-04

ID.: 2441 MRE

1950 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, nasce em 21 de setembro, em Milão, Itália (brasileiro de acordo com o Inciso II, do Art. 129, capítulo I, Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr

1993 CAE - IRBr, O Tratado de Cooperação Amazônica - Um instrumento de Ação Diplomática

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1981 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2015 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1975 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

1975-79 Divisão das Nações Unidas, assistente

1979-82 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1982-85 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário

1985-87 Embaixada em Paris, Primeiro Secretário

1987-91 Coordenação de Documentação Diplomática, Chefe

1991-94 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro

1994-97 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe

1995 Comissão de Comércio do Mercosul, Chefe de delegação

1997-2001 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro

2000 Representante Alterno do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, Genebra

2001-03 Presidência da República, Representação Especial para Assuntos do Mercosul (REPSUL), Chefe, substituto

2001 Coordenação-Geral das Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador-Geral

2003-08 Embaixada em Rabat, Embaixador

2008-12 Embaixada em Varsóvia, Embaixador

20012-14 Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral

2014-15 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete

2015-17 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral

2017 Embaixada em Assunção, Embaixador

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Meridional e da União Europeia

PORTUGAL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
março de 2019

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Portuguesa
GENTÍLICO	Português / portuguesa
CAPITAL	Lisboa
ÁREA	92 mil km²
POPULAÇÃO (2018)	10,20 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Português
RELIGIÕES	Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Republicano Parlamentarista ou "Semipresidencialista"
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia da República)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Marcelo Rebelo de Sousa
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro António Costa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Augusto Santos Silva
PIB NOMINAL (2018, FMI)	US\$ 238 bilhões
PIB PPP (2018, FMI)	US\$ 328 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2018, FMI)	US\$ 28.446
PIB PPP PER CAPITA (2018, FMI)	US\$ 23.175
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-1,13% (2013), 0,91% (2014), 1,47% (2015), 1,40% (2016), 2,49% (2017) 1,8% (2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
IDH	0,83 – muito elevado (43º)
EXPECTATIVA DE VIDA	80,9 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018)	7,0%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jorge Tito de Vasconcelos Nogueira Dias Cabral
EMBAIXADOR EM LISBOA	Luiz Alberto Figueiredo Machado
COMUNIDADE BRASILEIRA	116.000 (est.)

APRESENTAÇÃO

O território da República Portuguesa compreende uma parte continental e duas regiões autônomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira. É a nação mais a oeste do continente europeu. O território dentro das fronteiras atuais da República Portuguesa tem sido continuamente povoado desde os tempos pré-históricos. Fez parte do Império Romano e, mais tarde, foi ocupado pelos visigodos. No século VIII, a região foi invadida pelos árabes. A independência do Reino de Portugal ocorreu em 1143 - após a reconquista cristã. Nos séculos XV e XVI, como resultado do pioneirismo na Era dos Descobrimentos, Portugal estabeleceu um império que incluía possessões na África, Ásia, Oceania e América do Sul, tornando-se o primeiro império global da história.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Marcelo Rebelo de Sousa Presidente da República Portuguesa



Nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948. Seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, havia sido Ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar entre 1970 e 1974.

Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos.

Integra o Partido Social-Democrata (centro-direita) desde 1974, ano da Revolução dos Cravos. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016). Foi eleito Presidente em 24 de janeiro de 2016.

António Luís Santos da Costa
Primeiro-Ministro



Nasceu em Lisboa, em 17 de julho de 1961. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa. Filiou-se à Juventude Socialista (JS) em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015). Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 26 de novembro de 2015.

É considerado político habilidoso, tendo demonstrado em diversas ocasiões a capacidade de promover convergências. Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). Para construir a maioria que viabilizou sua indicação a Primeiro-Ministro, obteve o apoio do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais Brasil-Portugal, historicamente densas, têm recebido renovado impulso político nos últimos anos, em reconhecimento de seu papel no quadro de nossas relações com a Europa, com a OCDE e com os países de língua portuguesa, bem como das abundantes afinidades de interesses no plano multilateral.

O excelente relacionamento com Portugal favorece a observação dos desdobramentos e negociações que têm lugar no âmbito europeu. Facilita, ainda, a defesa de interesses brasileiros, tanto no plano bilateral quanto no âmbito europeu e até mesmo no âmbito multilateral. Portugal tem apoiado as negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, tendo-se engajado na sensibilização de seus parceiros europeus para a troca de ofertas entre os blocos.

O ex-Presidente Michel Temer visitou Portugal em abril de 2015, na capacidade de vice-Presidente, e o Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa, estiveram no Brasil durante os Jogos Olímpicos em 2016, quando houve retomada das cimeiras, que haviam sido interrompidas no governo anterior. Ainda em 2016, os dois mandatários portugueses participaram, em Brasília, da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (31/10 e 01/11/2016) e da XII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal (01/11/2016).

Em 10/01/2017, o ex-Presidente Temer encontrou-se, em Lisboa, com o Presidente Marcelo Rebelo, por ocasião das exéquias do ex-Presidente e ex-Primeiro-Ministro Mário Soares. Em junho, o Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa estiveram no Rio de Janeiro e em São Paulo, para participar das comemorações da data nacional portuguesa (10 de junho – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas). Nos dias 29 e 30/08/2017, o então presidente Temer realizou escala em Lisboa, a caminho da China, e manteve encontro com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, esteve no Brasil por três vezes em 2017: em 29/03 e 19/07, para reuniões com o então ministro Aloysio Nunes, em Brasília; e de 22 a 25/11, em visita orientada a contatos com a comunidade portuguesa e encontros empresariais, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 21 de março de 2018, por ocasião do 8º Fórum Mundial da Água (19-23/03/2018), a Secretária de Estado Teresa Ribeiro foi recebida, em Brasília, pelo ex-chanceler Aloysio Nunes. Aguarda-se a vinda do Secretário de Estado Brilhante Dias ao Brasil em 9 de maio de 2019.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira em Portugal é uma das maiores comunidades do mundo. É composta, sobretudo, por estudantes e profissionais liberais. Há diversas associações comunitárias que atendem o público brasileiro no país. Existem representações consulares brasileiras em Lisboa, Porto e Faro. A comunidade brasileira em Portugal é estimada em cerca de 116.000 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

O atual governo do Partido Socialista (PS), viabilizado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, constitui composição inédita no sistema político português. Desde a redemocratização, em 1976, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado “arco da governabilidade”, que incluía as forças de centro-esquerda (Partido Socialista), centro (Partido Social-Democrata – PSD) e centro-direita (Centro Democrático Social-Partido Popular – CDS-PP). O atual governo é o primeiro com suporte de partidos à esquerda do PS, os quais, no entanto, não integram o gabinete governamental. O acordo rendeu ao atual arranjo governativo o apelido de "geringonça".

Nas eleições legislativas de 2015, nenhum dos partidos obteve maioria absoluta. O então Presidente Cavaco Silva reconduziu Pedro Passos Coelho, líder do partido com maior votação (PSD, em coligação com o CDS, com 38,5% dos votos), à chefia do Governo. No entanto, a Assembleia da República, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda (122 dos 230 deputados), aprovou moção de rejeição ao programa de governo apresentado pelo PS, acarretando a demissão do XX Governo Constitucional, que durou menos de um mês. Cavaco Silva, impossibilitado de convocar novas eleições, viu-se obrigado a dar posse a António Costa, após o PS firmar “acordos de incidência parlamentar” com os partidos de esquerda.

A despeito de algum ceticismo inicial, a aposta do Partido Socialista tem-se mostrado exitosa, tanto em matéria de estabilidade governativa quanto em aprovação popular. A tônica tem sido combinar o gradual relaxamento na austeridade fiscal - principal marca da gestão anterior - com a consecução de metas fiscais ligeiramente mais rigorosas que as demandadas pela União Europeia.

Fator decisivo para a estabilidade da atual solução governativa é a ascensão de Marcelo Rebelo de Sousa (PSD) à Presidência da República. Eleito em 24 de janeiro de 2016, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu posição diversa da adotada por Cavaco Silva, acusado por opositores de partidarismo. Rebelo adotou discurso de independência, conciliação e afastamento das disputas partidárias, posição corroborada por suas primeiras

decisões, como, por exemplo, a indicação de integrantes do Conselho de Estado. Ademais, tem bom relacionamento pessoal com o Primeiro-Ministro António Costa, que foi seu aluno na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

É emblemático o exemplo do Partido Social Democrata (PSD), principal agremiação da oposição, que, sob a nova liderança de Rui Rio, tem adotado posição por vezes conciliatória com o governo António Costa. Quanto às esquerdas, tem-se notado algum distanciamento em relação ao PS, sobretudo após derrotas eleitorais face a esse partido nas eleições municipais de 2017. Nesta fase pré-eleitoral, as esquerdas reavaliaram os dividendos da parceria. As avaliações mais recentes sugerem, contudo, que, mantidas as projeções eleitorais atuais, a "geringonça" tende a ser renovada.

O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, eleito em plataforma eleitoral independente, mas oriundo do PSD, tem desempenhado papel crucial no arrefecimento de determinadas polêmicas e, assim, contribuído para a governabilidade. Seus elevados índices de popularidade e sua fina sintonia com os anseios da população têm sido instrumentais também em intervenções pontuais, a exemplo de vetos a projetos de lei em temas controvertidos e da advertência ao governo por ocasião dos incêndios florestais de 2017.

Em 2019 serão realizadas em Portugal eleições para o Parlamento Europeu (maio), bem como para a Assembleia da República (outubro).

POLÍTICA EXTERNA

O MNE Augusto Santos Silva tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido facilitado por sua precedência entre os Ministros – a segunda figura do Governo, após o PM António Costa.

A nova agenda internacional e a necessidade de prestar apoio adequado ao significativo número de portugueses residentes em outros países levaram à atualização das vertentes norteadoras da diplomacia portuguesa, com a inclusão de três novos eixos: o fortalecimento do multilateralismo, a internacionalização da economia portuguesa e as comunidades portuguesas no exterior.

Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto América Latina como África Ocidental.

A participação na construção europeia e o relacionamento com os demais sócios da União Europeia (UE) ocupam lugar central na agenda externa portuguesa, em virtude da importância da UE para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. O "eixo do Atlântico" refere-se, sobretudo, à segurança e à defesa da região do Atlântico, refletida na adesão de Portugal à OTAN e na sua relação com o Reino Unido e com os Estados Unidos. A cooperação entre os países lusófonos e a afirmação global da língua portuguesa são consideradas estratégicas para a política externa.

A promoção do multilateralismo é um dos principais objetivos da política externa portuguesa. Portugal atribui continuada importância às Nações Unidas (ONU). Membro de quase todas as principais organizações internacionais, Portugal foi eleito por três vezes para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), recebeu significativo número de votos para mandato recentemente concluído do Conselho de Direitos Humanos, e logrou eleger António Guterres para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas. Em relação à reforma do CSNU, Portugal tem-se consistentemente manifestado de maneira favorável, mencionando, geralmente, apoio específico ao Brasil como membro permanente.

A importância das comunidades portuguesas no estrangeiro justificou a criação de um eixo autônomo da política externa portuguesa, responsável por contribuir para o bem-estar desses grupos e por explorar essa rede privilegiada de influência, para a promoção de interesses políticos, econômicos e culturais de Portugal. A fim de compreender a dimensão deste fenômeno, vale ressaltar que, atualmente, cerca de um terço

dos portugueses e indivíduos com direito à cidadania portuguesa residem fora de Portugal. Acrescente-se que existem dez comunidades com mais de 120.000 pessoas espalhadas pelo mundo, dispersas por três continentes (Europa, África e América), além de populações relevantes na Ásia e Oceania. Quatro deputados da Assembleia da República são eleitos pelas comunidades portuguesas no exterior

O MNE tem defendido o resgate da Europa como “espaço de liberdade e direitos, pluralismo e diversidade”, cobrando empenho de todos os países na busca de soluções que facultem conciliar a agenda social e humanitária da integração – livre circulação, políticas de vizinhança, cooperação e apoio ao desenvolvimento e políticas de asilo e acolhimento de refugiados – com a agenda de segurança – controle das fronteiras externas da União e luta contra o terrorismo.

O eixo lusófono é considerado prioritário por Portugal, à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa, em especial de Angola, de Moçambique e do Brasil. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões. A CPLP vem assim assumindo papel central na política externa portuguesa, pois é ali que Portugal se sente entre iguais; é dali que poderá obter papel mais relevante na Europa e no mundo; e extrair dividendos para uma melhor sustentação de sua economia.

Além das vertentes já referidas, Portugal dedica especial atenção ao desenvolvimento das relações com o Mediterrâneo e o norte da África, seu entorno geográfico mais amplo. Os países do Magrebe são considerados prioritários, tanto do ponto de vista do relacionamento econômico-comercial, quanto pelas considerações de segurança do continente europeu. Portugal mantém encontros de cúpula regulares com Marrocos (segundo maior parceiro comercial de Portugal na África), Argélia e Tunísia.

RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

No âmbito europeu, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o Primeiro-Ministro António Costa, assim como outros membros do governo português, tem-se manifestado consistentemente em favor do projeto europeu e da busca de soluções solidárias para os problemas mais prementes da região, como a questão das migrações, sempre reafirmando a importância da valorização dos princípios democráticos e da proteção dos direitos humanos e das liberdades individuais. Rebelo de Sousa, em particular, tem-se valido de palcos nacionais e multilaterais para exaltar os valores democráticos e de proteção aos cidadãos que definiriam a União Europeia, bem como para demonstrar sua preocupação com o aumento da tendência populista observada em vários

países da Europa, caracterizando tal movimento como uma das principais ameaças à União.

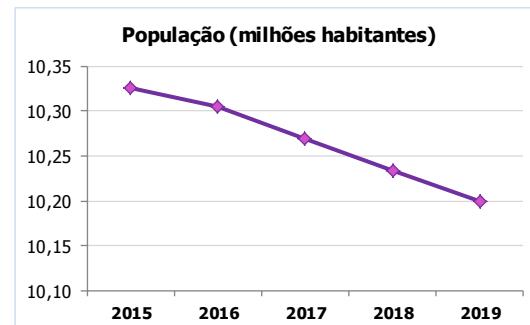
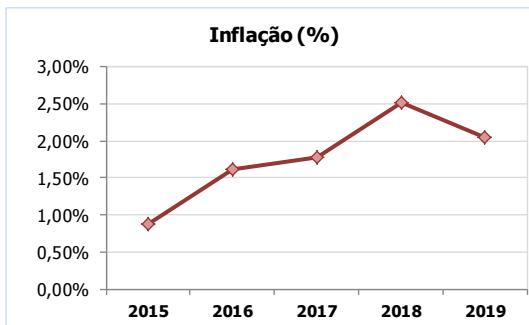
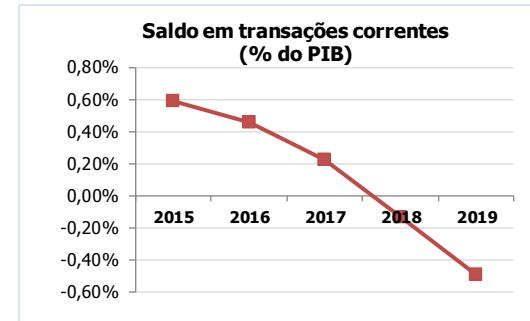
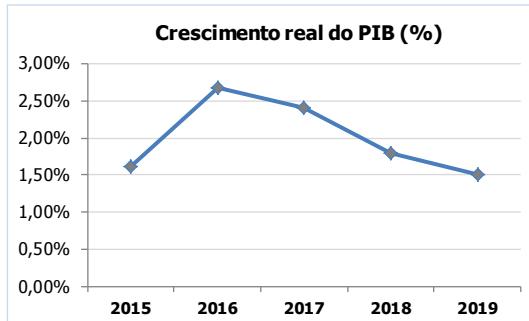
MIGRAÇÕES

Portugal adotou recentemente diversos dispositivos legais com efeitos positivos para a situação dos imigrantes. Em 25 de junho de 2018, foi promulgada, pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa, modificação à Lei de Nacionalidade do país. Trata-se da oitava alteração da lei, cuja versão inicial data de 1981. Entre as principais alterações em relação ao instrumento anterior, a nova lei dispõe que os filhos de estrangeiros que residam em Portugal há dois anos podem ser considerados portugueses originários, exceto se declararem que não o desejam, invertendo a regra atual; e pais de portugueses de origem podem vir a ter acesso à nacionalidade dos filhos desde que residam em Portugal há pelo menos cinco anos, independentemente de sua situação legal.

A candidatura - vitoriosa - do português António Vitorino para o cargo de Diretor Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM) refletiu, igualmente, o interesse de Portugal no tema, não somente no nível interno ou europeu.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após anos de baixo crescimento, Portugal voltou a apresentar números positivos desde 2014. O Banco de Portugal (BdP) espera que o investimento seja um dos principais motores do crescimento português. O BdP menciona a necessidade de processos de "destruição criativa", em que investimentos nos setores menos produtivos sejam substituídos por aqueles em setores mais dinâmicos. De maneira geral, o BdP acredita que o crescimento econômico do país está próximo do seu potencial. Os investimentos bilaterais igualmente decresceram nos últimos anos.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1143	Fundação de Portugal por D. Afonso Henriques - Tratado de Zamora
1249	Fim da Reconquista cristã em Portugal
1297	Fixação das fronteiras - Tratado de Alcanices
1385	Batalha de Aljubarrota com Castela
1415	Conquista de Ceuta. Início da Expansão e das Descobertas
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1427	Descoberta do Arquipélago dos Açores
1456	Descoberta de Cabo Verde e da Guiné
1471	Descoberta de São Tomé e Príncipe
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1487	Passagem do Cabo da Boa Esperança
1494	Tratado de Tordesilhas
1498	Descoberta do caminho marítimo para a Índia
1500	Descoberta do Brasil
1697	Descoberta de ouro no Brasil
1703	Tratado de Methween com a Inglaterra
1727	Introdução de café no Brasil
1755	2ª fase da industrialização do país pelo Marquês de Pombal / Terramoto em Lisboa
1807/10	Invasões francesas. Partida da família real para o Brasil
1820	Revolução Liberal
1822	Independência do Brasil
1828/34	Guerras Liberais
1910	Implantação da República
1926	Ditadura militar
1933	Estado Novo (Salazar)
1961	Início da guerra colonial (Angola, Moçambique, Guiné)
1962	Perda das feitorias na Índia - Goa, Moçambique, Guiné
1974	"25 de Abril" ("Revolução dos cravos") - Início da II República
1975	Independência de Moçambique Independência de Cabo Verde Independência de São Tomé e Príncipe Independência de Angola

1976	Toma posse o I Governo Constitucional de Portugal
1986	Portugal entra na União Europeia
2002	O euro é adotado como moeda oficial.
2016	Início do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1822	Declaração da independência brasileira
1825	Reconhecimento da independência brasileira por Portugal por meio do Tratado de Paz e Aliança
1991	Realização da I Cimeira Brasil-Portugal
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP
2000	Assinatura de Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta
2003	Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas; do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais; e do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes
2011	Visita da presidente Dilma Rousseff a Portugal (29 e 30 de março)
2011	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (26 a 28 de julho)
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (3 a 8 de setembro)
2013	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (22 de maio)
2013	Visita do ministro das Relações Exteriores, António de Aguiar Patriota, a Portugal (10 e 11 de abril)
2013	Visita da presidente da República, Dilma Rousseff, a Portugal (10 de junho)
2013	Realização da XI Cimeira Brasil-Portugal (10 de junho)
2014	Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, a Portugal (20 de março)
2015	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete (4 a 7 de maio)
2016	O presidente Marcelo Ribeiro e o primeiro-ministro António Costa participam da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro.
2016	XII Cimeira Brasil-Portugal – Brasília, 1º de novembro
2017	Visita do presidente Michel Temer a Portugal (10/1)
2017	Reuniões em Brasília entre os chanceleres Augusto Santos Silva e Aloysis Nunes (29/3 e 19/7)
2017	O presidente Marcelo Ribeiro e o primeiro-ministro António Costa comemoram a

	data nacional portuguesa (10/6) junto às comunidades lusas no Rio de Janeiro e São Paulo
--	--

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em Vigor	Data de publicação
Protocolo Adicional ao Trabalho de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude	05/05/2017	nd	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	01/11/2016	01/11/2016	10/11/2016
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Criação de um Prêmio de Literatura Infantil e Juvenil	01/11/2016	01/11/2016	09/11/2016
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Promoção da Igualdade de Gênero	19/05/2010	19/05/2010	01/12/2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre a Implementação de Mecanismo de Consultas Políticas	28/10/2008	28/10/2008	03/11/2008
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o	28/10/2008	28/10/2008	03/11/2008

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e outros Temas Consulares			
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da República Portuguesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal	13/10/2005	nd	26/10/2005
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia e Ministério da Cultura do Brasil através da Agência Nacional do Cinema do Brasil nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas	13/10/2005	13/10/2005	26/10/2005
Protocolo de Cooperação no Domínio do Patrimônio Cultural Edificado entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e o Ministério da Cultura do Brasil através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	13/10/2005		26/10/2005
Memorando de Entendimento entre o	08/03/2004	08/03/2004	15/03/2004

Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países.			
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais	11/07/2003	19/10/2003	24/07/2003
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes	11/07/2003	03/10/2004	24/07/2003
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Protocolo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, para o Estabelecimento de um Plano de Formação de Técnicos	12/06/2002	05/05/2004	06/05/2004
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	18/02/2002
Convênio entre o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	05/09/2001	05/10/2001	18/02/2002

Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	12/03/2002
Memorandum de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Criação de Mecanismos de Consultas Bilaterais na Área de Cooperação para o Desenvolvimento	05/09/2001	05/07/2001	18/02/2002
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa Relativo ao Intercâmbio de Informações na Área das Telecomunicações.	17/04/1999	17/04/1999	12/05/1999
Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa sobre a Futura Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático	15/04/1996	15/04/1996	20/11/1998
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a	20/07/1995	20/07/1995	07/08/1995

República Portuguesa sobre Consultas nos Planos Políticos, Econômico e Cultural.			
Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	20/07/1995	03/07/1997	25/07/1997
Protocolo de Alteração ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre Transporte e Navegação	10/10/1994	10/12/1995	29/03/1996
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	09/02/1994	09/02/1994	24/02/1994
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro	07/05/1991	23/08/1993	14/11/1994
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	25/03/1995	28/04/1995
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995

Governo da República Portuguesa			
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	03/04/1987	03/04/1987	21/04/1987
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de Portugal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982

Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.			
Acordo, por Troca de Notas, Definindo e Pondo em Vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e a Junta Nacional de Investigação Científica e Técnica de Portugal, de 02/02/81, como Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 07/09/66 entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.	03/02/1981	03/02/1981	26/02/1981
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira de ambos os Estados entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	29/05/1969	29/05/1969	26/12/1969
Acordo de Comércio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	21/04/1968	07/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Tratado de Extradição e Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	09/08/1960	09/08/1960	12/07/1957

Convenção Ortográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Portuguesa.	29/12/1943	01/01/1944	20/01/1944
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e da República Portuguesa.	02/04/1923	01/05/1923	10/12/1926
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República de Portugal.	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Reino de Portugal.	25/03/1909	29/05/1911	04/06/1911

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

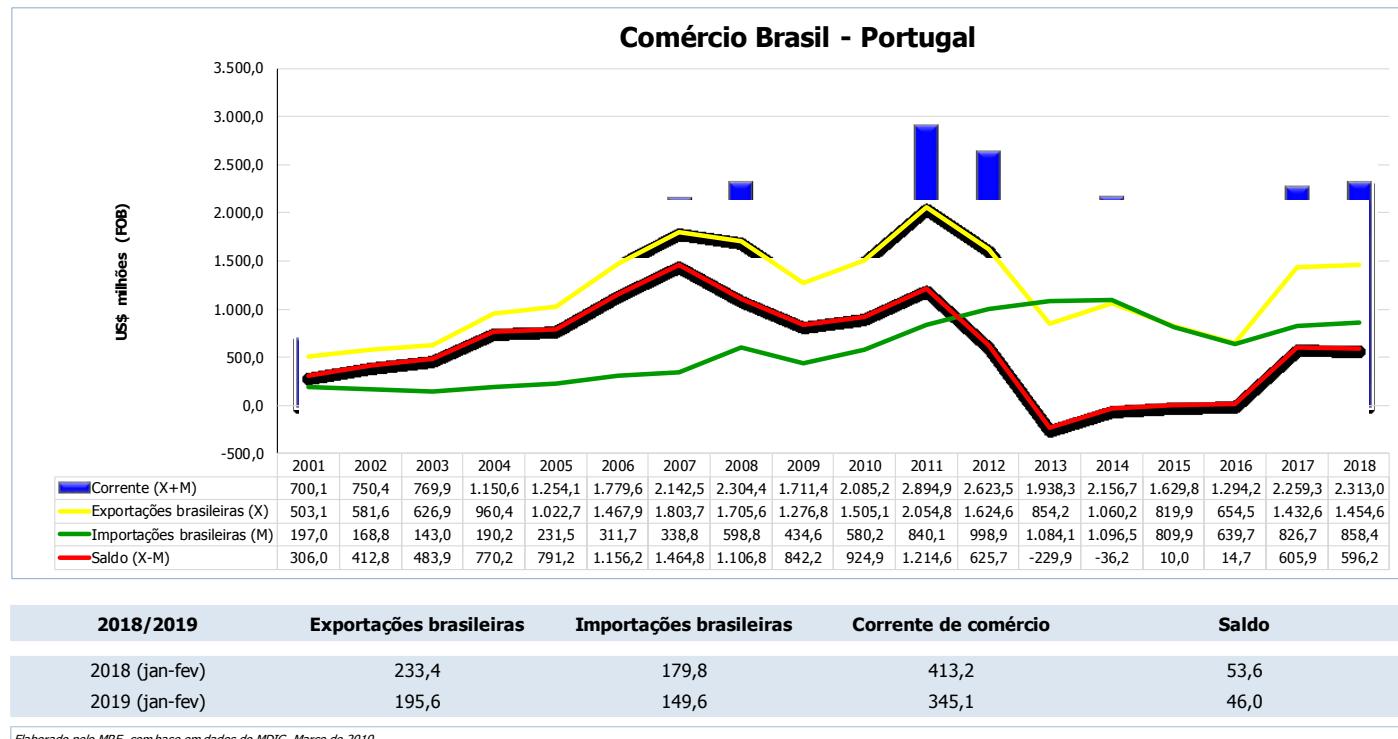
O intercâmbio comercial Brasil-Portugal está aquém das potencialidades. As trocas comerciais haviam caído de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 1,3 bilhão no período 2011-2016, mas voltaram a crescer em 2017, atingindo US\$ 2,2 bilhões. A pauta comercial bilateral é marcada por produtos com baixo valor agregado. Produtos agrícolas (com destaque para azeite de oliva) compõem quase a metade das exportações portuguesas para o Brasil. Petróleo e produtos agrícolas (sobretudo soja) respondem por cerca de 60% do total exportado do Brasil para Portugal.

Estima-se haver atualmente cerca de 600 empresas portuguesas ou de capital português atuando no Brasil. Portugal, por sua vez, é uma porta preferencial para a entrada de investimentos brasileiros na Europa. As atividades do Grupo EDP no Brasil, por meio de suas subsidiárias "Energias do Brasil" e "EDP Renováveis", são responsáveis por cerca de 15% das receitas do grupo. A EDP possui mais de 2.600 funcionários no Brasil e atende a mais de 3 milhões de clientes.

Os maiores investimentos brasileiros em Portugal foram realizados pela Embraer, com a inauguração de duas fábricas, e pela Camargo Corrêa, proprietária da maior cimenteira portuguesa. A Embraer venceu, em 2004, em consórcio com a europeia European Defense and Space Company (EADS), o processo de privatização da OGMA, estatal portuguesa de manutenção de aeronaves e fabricação de componentes, adquirindo

65% de seu capital. Em dezembro de 2011, a Embraer, a OGMA e a estatal portuguesa Empresa de Engenharia Aeronáutica (EEA) assinaram contrato para o projeto e a construção do avião de transporte militar e reabastecimento em voo KC-390. Aproximadamente 25% do total da estrutura da aeronave sairão das fábricas em Évora e serão exportados ao Brasil para a montagem final nas instalações da Embraer.

Em 08/06/17, o Conselho de Ministros de Portugal (que é presidido pelo primeiro-ministro António Costa) aprovou resolução que autorizou o início das negociações com a Embraer, Defesa e Segurança, S.A., para a aquisição de cinco aeronaves KC-390, com opção de mais uma, e um simulador de voo (fullflight simulator CAT D).

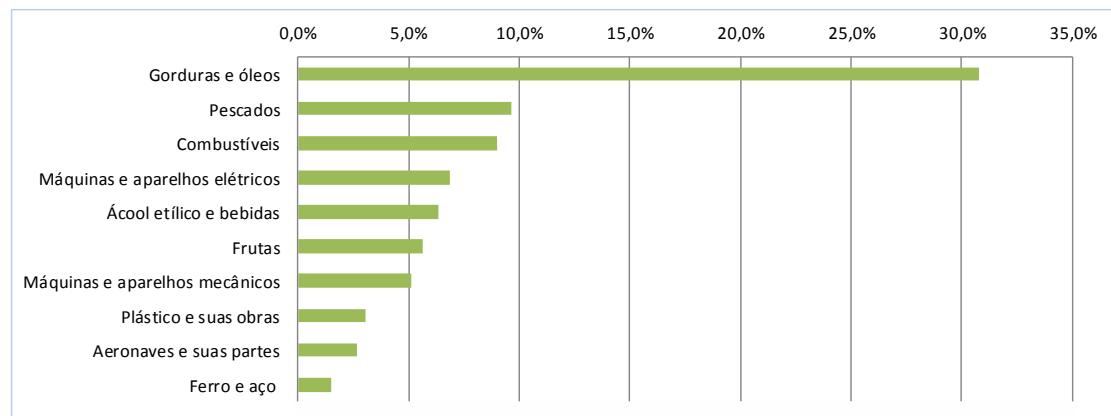


Composição das importações brasileiras originárias de Portugal
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gorduras e óleos	163,0	25,5%	212,3	25,7%	264,5	30,8%
Pescados	61,7	9,6%	81,5	9,9%	83,0	9,7%
Combustíveis	13,2	2,1%	135,6	16,4%	77,1	9,0%
Máquinas e aparelhos elétricos	45,1	7,0%	59,6	7,2%	59,2	6,9%
Ácool etílico e bebidas	30,1	4,7%	46,2	5,6%	54,4	6,3%
Frutas	47,7	7,5%	56,8	6,9%	48,2	5,6%
Máquinas e aparelhos mecânicos	34,9	5,5%	34,4	4,2%	43,7	5,1%
Plástico e suas obras	7,9	1,2%	14,3	1,7%	26,1	3,0%
Aeronaves e suas partes	116,1	18,1%	27,0	3,3%	23,0	2,7%
Ferro e aço	6,7	1,0%	12,2	1,5%	12,7	1,5%
Subtotal	526,4	82,3%	679,9	82,2%	692,0	80,6%
Outros	113,4	17,7%	146,8	17,8%	166,4	19,4%
Total	639,7	100,0%	826,7	100,0%	858,4	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição das exportações brasileiras para Portugal
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	78,6	12,0%	373,9	26,1%	390,1	26,8%
Minérios	0,0	0,0%	245,0	17,1%	253,2	17,4%
Feero e aço	88,5	13,5%	227,1	15,9%	181,6	12,5%
Sementes e grãos	85,6	13,1%	81,0	5,7%	167,5	11,5%
Cereais	14,4	2,2%	100,2	7,0%	110,4	7,6%
Frutos	33,1	5,1%	34,0	2,4%	37,3	2,6%
Transações especiais	22,4	3,4%	42,4	3,0%	36,6	2,5%
Madeira	28,0	4,3%	14,5	1,0%	27,4	1,9%
Máquinas e aparelhos mecânicos	16,3	2,5%	21,5	1,5%	27,4	1,9%
Diversos das indústrias químicas	19,7	3,0%	24,4	1,7%	21,3	1,5%
Subtotal	386,9	59,1%	1.164,0	81,3%	1.252,8	86,1%
Outros	267,6	40,9%	268,6	18,7%	201,8	13,9%
Total	654,5	100,0%	1.432,6	100,0%	1.454,6	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

